

APÊNDICE I

Despesas por Modalidade de Licitação da CODERN/APMC

(valores x R\$ 1.000)

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2017	%	2016	%	2017	%	2016	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	8.262	24,96	8.598	26	5.431	18,03	7.764	24
a) Convite								
b) Tomada de Preços								
c) Concorrência								
d) Pregão	8.262	24,96	8.598	26	5.431	18,03	7.764	24
e) Concurso								
f) Consulta								
g) Regime Diferenciado de Contrat. Públicas								
2. Contratações Diretas (h+i)	1.778	5,37	256	0,7	1.046	3,47	226	0,7
h) Dispensa	1.756	5,30	186	0,5	1.024	3,40	170	0,5
i) Inexigibilidade	22	0,07	71	0,2	22	0,07	56	0,17
3. Regime de Execução Especial	6.351	0,02	10	0,03	6.351	0,02	10	0,03
j) Suprimento de Fundos	6.351	0,02	10	0,03	6.351	0,02	10	0,03
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	12.790	38,63	11.888	36	12.790	42,45	11.888	37
k) Pagamento em Folha	12.745	38,50	11.820	36	12.745	42,71	11.820	37
l) Diárias	44	0,13	68	0,2	44	0,15	68	0,2
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	22.836	63,98	20.753	63	19.273	63,98	19.888	62
6. Total das Despesas da UPC	33.105	100	32.852	100	30.125	100	32.008	100

Fonte: Ofício APMC nº 048/2018

APÊNDICE II
INDICADORES DE DESEMPENHO DO PORTO DE MACEIÓ

DENOMINAÇÃO	UNIDADE	ÍNDICE DE REFERÊNCIA 2016	ÍNDICE PREVISTO (META) 2017	ÍNDICE OBSERVADO 2017	PERIODICIDADE	FÓRMULA DE CÁLCULO
Evolução Carga Movimentada. Objetiva ampliar e diversificar a movimentação de cargas em toneladas e em TEU'S	%	81,08%	100%	100%	mensal	(Tonelada movimentada período atual ÷ Tonelada movimentada período anterior) X 100
Produtividade da Operação. Objetiva prestar serviço de qualidade aos clientes na movimentação de cargas e passageiros com praticidade (agilidade), eficiência e economia.	t/h	138,15 t/h	—	166,42 t/h	mensal	Tonelada movimentada ÷ tempo de operação do navio.
Consignação média: Objetiva oferecer infraestrutura (terrestre e marítima) competitiva, disponibilizando acessos, atracação/desatracação e operação dos navios.	t/navio	10.112 ton/navio cargueiro	—	10.787 ton/navio cargueiro	mensal	Toneladas movimentadas ÷ Quantidade de Atracações.
Receita / m²: Objetiva aumentar a receita operacional decorrente da movimentação de cargas e passageiros.	R\$/m²	R\$ 538,99/m²	R\$ 456,97/m²	R\$ 374,95/m²	mensal	Receita Operacional Líquida ÷ m² de área Operacional.

Fonte: Ofício APMC nº 051/2018

APÊNDICE III – INFORMAÇÕES SOBRE DIRIGENTES E COLEGIADOS

QUADRO DAS INFORMAÇÕES SOBRE DIRIGENTES E COLEGIADOS – CODERN - 2017

ÓRGÃOS COLEGIADOS	COMPOSIÇÃO	EXIGÊNCIAS	REPRESENTAÇÃO DOS MEMBROS	PAPEIS	FUNCIONAMENTO	PROCESSO DE ESCOLHA	PERFIL
DIRETORIA EXECUTIVA	03 membros, sendo um Diretor-Presidente e dois diretores	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ser cidadão de reputação ilibada; 2. ter notório conhecimento compatível com o cargo para o qual foi indicado; 3. ter formação acadêmica compatível com o cargo para o qual foi indicado; 4. ter, no mínimo, uma das experiências profissionais abaixo: <ol style="list-style-type: none"> a) 5 (cinco) anos, no setor público ou privado, na área de atuação da CODERN ou em área conexas àquela para a qual forem indicados em função de direção superior; b) 2 (dois) anos em cargo de Diretor, de Conselheiro de Administração, de membro de comitê de auditoria ou de chefia superior em Empresa de porte ou objeto social semelhante ao da CODERN, entendendo-se como cargo de chefia; c) 2 (dois) anos em cargo em comissão ou função de confiança equivalente a 	-	Órgão executivo de administração e representação, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular da CODERN em conformidade com a orientação geral traçada pelo Conselho de Administração.	Reúne-se, ordinariamente, uma vez por semana e, extraordinariamente, sempre que se fizer necessário.	Eleitos pelo Conselho de Administração, observadas as áreas de atuação.	Formação acadêmica com curso de graduação ou pós-graduação reconhecido ou credenciado pelo Ministério da Educação; ser somente pessoas naturais; residir no País
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	06 membros	<ol style="list-style-type: none"> a) 5 (cinco) anos, no setor público ou privado, na área de atuação da CODERN ou em área conexas àquela para a qual forem indicados em função de direção superior; b) 2 (dois) anos em cargo de Diretor, de Conselheiro de Administração, de membro de comitê de auditoria ou de chefia superior em Empresa de porte ou objeto social semelhante ao da CODERN, entendendo-se como cargo de chefia; c) 2 (dois) anos em cargo em comissão ou função de confiança equivalente a 	Representam o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil; o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; os acionistas minoritários conforme lei nº 6.404/76; a classe empresarial, indicado pelo Conselho de Autoridade Portuária; e a classe trabalhadora, nos termos da Lei nº 12.353/2010.	Órgão de deliberação estratégica e colegiada.	Reúne-se, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que se fizer necessário.	São indicados de acordo com suas representações e eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, sendo dois membros indicados pelo Ministro dos Transportes, Portos e Aviação; um indicado pelo Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; um representante dos empregados, nos moldes da Lei nº	





QUADRO DAS INFORMAÇÕES SOBRE DIRIGENTES E COLEGIADOS – CODERN - 2017

ÓRGÃOS COLEGIADOS	COMPOSIÇÃO	EXIGÊNCIAS	REPRESENTAÇÃO DOS MEMBROS	PAPEIS	FUNCIONAMENTO	PROCESSO DE ESCOLHA	PERFIL
		nível 4, ou superior, do Grupo Direção e Assessoramento Superiores DAS, em pessoa jurídica de direito público interno; d) 2 (dois) dois anos em cargo de docente ou de pesquisador, de nível superior na área de atuação da CODERN; ou e) 2 (dois) anos como profissional liberal em atividade vinculada à área de atuação da CODERN.				12.353/2010, indicado pelos representantes no Conselho de Autoridade Portuária; um representante dos acionistas minoritários, eleitos nos termos da Lei nº 6.404/1976 e um representante da classe empresarial, indicado representantes no Conselho de Autoridade Portuária	

J *E*

X

QUADRO DAS INFORMAÇÕES SOBRE DIRIGENTES E COLEGIADOS – CODERN - 2017

ÓRGÃOS COLEGIADOS	COMPOSIÇÃO	EXIGÊNCIAS	REPRESENTAÇÃO DOS MEMBROS	PAPEIS	FUNCIONAMENTO	PROCESSO DE ESCOLHA	PERFIL
<p align="center">CONSELHO FISCAL</p>	<p>Até 5 membros efetivos e igual número de suplentes</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. ser pessoa natural, residente no País e de reputação ilibada; 2. ter graduação em curso superior reconhecido pelo Ministério da Educação; 3. ter experiência mínima de 3 (três) anos em pelo menos uma das seguintes funções: <ol style="list-style-type: none"> a) direção ou assessoramento na Administração Pública, Direta ou Indireta; b) conselheiro fiscal ou administrador em Empresa; c) cargo gerencial em Empresa. 4. não se enquadrar nas vedações dos incisos I, IV, IX, X e XI do caput do art. 29 do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016; e 5. não ser nem ter sido membro de órgãos de Administração nos últimos 24 meses e não ser empregado da CODERN, nem ser cônjuge ou parente, até terceiro grau, de Administrador da CODERN. 	<p>Representam o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil; o Ministério da Fazenda, como representante do Tesouro Nacional; os acionistas minoritários, portadores de ações ordinárias e acionistas minoritários portadores de ações preferenciais.</p>	<p>Órgão permanente de fiscalização, de atuação colegiada e individual.</p>	<p>Reúne-se, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que se fizer necessário.</p>	<p>São indicados de acordo com suas representações e eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, sendo um indicado pelo Ministério da Fazenda, como representante do Tesouro Nacional e dois pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, todos aprovados previamente pela Casa Civil da Presidência da República. Compõe ainda um representando os acionistas minoritários, portadores de ações ordinárias e um representando os acionistas minoritários portadores de ações preferenciais</p>	<p align="center">-</p>

Fonte: Estatuto Social aprovado em AGO 20/11/2017

CODERN - Relatório de Gestão 2017

APÊNDICE IV

Gestão de Pessoas da CODERN/APMC - 2017

I - Estrutura de Pessoal da Unidade

A força de trabalho da APMC em dezembro de 2017 foi 66 (sessenta e seis) empregados, sendo 57 (cinquenta e sete) ocupantes de cargos efetivos do quadro de carreira e 10 (dez) em exercício de cargos comissionados.

A política de pessoal adotada pela APMC decorre, ainda, da aplicação do Plano Unificado de Cargos e Salários – PUCS da extinta PORTOBRAS, combinada com a aplicação de medidas pontuais de adequação organizacional.

A APMC contou também com 09 estagiários para apoio a sua força de trabalho, atuando na área meio. Mantém convênio com CIEE – Centro de Integração Empresa Escola e segue as diretrizes da Norma de Estágio da CODERN/SEDE.

A distribuição da referida força de trabalho, entre as áreas administrativa, operacional e de conservação, consta dos quadros abaixo:

Quadro da Força de Trabalho CODERN/APMC - 2017

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	100	57	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	100	57	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	100	57		
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	10	09	-	-
4. Total de Servidores (1+2+3)	110	66	-	-

Fonte: APMC

Quadro da Distribuição da Lotação Efetiva - CODERN/APMC - 2017

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	17	40
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	-
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	17	40
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	08	01
4. Total de Servidores (1+2+3)	25	41
Fonte: APMC		

**Quadro da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas
CODERN/APMC – 2017**

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	10	09	-	-
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	10	9		
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem vínculo	-	-	-	-
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções gratificadas	17	17	-	-
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	17	17		
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	27	26	-	-
Fonte: APMC				

II - Demonstrativo das Despesas com Pessoal

Quadro da Despesa com Pessoal da CODERN/APMC - 2017

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários				Demais Despesas Variáveis
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2017	4.442.679	-	693.215	3.392.573	839.626	816.805	1.203.855	-	95.611	11.484.364
	2016	4.012.132	-	707.549	3.407.669	840.330	708.410	650.409	-	878.000	11.204.499
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2016	128.582	-	16.648	36.641	17.879	7.304	31.728	-	-	238.782
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2017	909.973	-	122.332	216.547	53.593	25.262	195.976	-	6.102	1.529.785
	2016	693.179	-	108.213	219.850	35.755	14.606	111.045	-	-	1.182.648
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

Fonte: APMC

III - Informações sobre os controles para mitigar riscos relacionados a pessoal - APMC

Em 2017, a administração do Porto de Maceió continuou registrando a elevada faixa etária da grande maioria da força de trabalho, o que só vem a corroborar a urgente necessidade de renovação do corpo técnico-administrativo da APMC, independentemente dos indicadores utilizados para aferir a gestão de pessoas.

FONTE: Ofício APMC nº 048/2018

Three handwritten signatures in blue ink, arranged horizontally. The first signature on the left is a large, stylized loop. The middle signature is a smaller, more compact scribble. The signature on the right is a larger, more complex scribble.

V - Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários CODERN/APMC

Quadro dos Contratos de Prestação de Serviços Não Abrangidos pelo Plano de Cargos da APMC - 2017

CODERN/APMC - INFORMAÇÕES SOBRE OS CONTRATOS 2015						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	Serviço continuado de pedreiro auxiliar, eletricista, motorista, recepcionista, copeira, office-boy.	Reluzir Serviços Terceirizados (07.638.154/0001-52)	01/11/2012	31/10/2018	Nível Médio/Fundamental	Ativo Prorrogado (P)
2014	Serviço continuado de limpeza, asseio, conservação e jardinagem com fornecimento de mão de obra e equipamentos.	Reluzir Serviços Terceirizados (07.638.154/0001-52)	01/09/2014	31/08/2018	Nível Médio/Fundamental	Ativo Prorrogado (P)
2015	Serviço de vigilância armada ostensiva nas dependências do APMC	Tigre Vigilância Patrimonial de Alagoas LTDA (01.771.692/0001-34)	01/12/2015	30/11/2018	Nível Médio/Fundamental	Ativo Normal (P)

Fonte: APMC

Quadro dos Estagiários da CODERN/PORTO DE MACEIÓ – 2017

ANO	QUANTITATIVO	DESPEZA (R\$)
2013	06	44.382,34
2014	08	49.645,82
2015	09	72.242,48
2016	07	86.485,76
2017	09	74.191,10

Fonte: APMC

APÊNDICE V - Gestão do Patrimônio Imobiliário da União sob responsabilidade da CODERN /APMC - 2017

A gestão patrimonial dos bens móveis e imóveis da APMC consiste, tão somente, na manutenção de registros físicos e contábeis de todos os itens integrantes do acervo da Empresa.

Nesse sentido, a APMC dispõe de um sistema informatizado, desenvolvido por empresa de informática terceirizada, no intuito de possibilitar o contínuo monitoramento dos bens móveis de propriedade desta Entidade Portuária, bem como das áreas e instalações existentes no âmbito do Porto de Maceió.

A seguir, serão relacionados os bens imóveis da APMC arrendados e locados, no exercício de 2017, às empresas, a saber:

1. Petrobras S/A (Arrendamento) - Área com edificações, com superfície total de 60.425m², destinada à movimentação e armazenagem de combustíveis.
2. Petrobras Distribuidora S/A (Arrendamento) – Área com edificações, com superfície total de 13.677m², destinada à distribuição de combustíveis.
3. Empresa Alagoana de Terminais Ltda. – EMPAT (Arrendamento) – Área de 71.260m², contendo instalações físicas e equipamentos constitutivos do Terminal Açucareiro oriundo do extinto IAA, destinada à armazenagem e movimentação de açúcar a granel.
4. Jaraguá Equipamentos do Nordeste Ltda. (Uso Temporário) – Área de 26.500m², destinada à construção e movimentação de peças, equipamentos e estruturas de plataformas de petróleo.
5. FERROSTAAL Industrieanlagen Óleo e Gás do Brasil Ltda. (Uso Temporário) – Áreas e instalações compreendendo 71.260m², destinadas à fabricação, montagem e integração de módulos de plataformas de petróleo.
6. Cooperativa Regional dos Produtores de Açúcar e Alcool de Alagoas – (Locação) – Estrutura metálica localizada fora dos limites do Porto Organizado de Maceió, abrangendo superfície total de 7.200m², e ora em fase de análise, por parte da ANTAQ, com vistas à sua efetiva desincorporação do acervo patrimonial da APMC.

Registre-se, ainda, que os contratos de arrendamento em vigor firmados com a Petrobras e a EMPAT, consoante diretrizes emanadas da então SEP/PR, vêm sendo renovados, a cada período de 6 (seis) meses, até que se realizem os novos processos licitatórios para arrendamento de áreas e instalações portuárias, em estrita conformidade com o novo marco regulatório decorrente da aplicação da Lei nº 12.815/2013.

(Fonte: Ofício APMC nº 048/2018)

CODERN - Relatório de Gestão 2017



APÊNDICE VI – GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

1) O Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI.

Este documento detalha a nível tático as ações de TI alinhadas às diretrizes estratégicas de TI do Porto de Maceió para o triênio 2017-2019.

O envolvimento da administração, gestores e equipe de TI da APMC foi fundamental para a construção deste documento, que durante todo o processo de elaboração se baseou no Guia de Elaboração do PDTI da Secretaria de Logística e Informática – SISP do Ministério do Planejamento.

Para a construção deste plano foram considerados as diretrizes estratégicas presentes no Plano Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI, a estrutura organizacional de TI do Porto de Maceió, análise SWOT, respostas aos questionários de necessidades de todos os setores da APMC, os resultados do PDTI anterior e a situação orçamentária da organização.

Levando todos estes fatores em consideração, torna-se evidente que o objetivo descrito no início deste documento foi alcançado através da consolidação deste PDTI.

Contudo, faz-se necessário um acompanhamento da realização das ações previstas neste plano, bem como uma revisão periódica para alinhamento das novas diretrizes estratégicas.

Ressalta-se a preocupação da APMC com o papel da TI no alcance dos objetivos de negócio do Porto de Maceió. A APMC busca, através da TI, adentrar cada vez mais na Era Informatizada, tornando o Porto de Maceió uma referência em portos públicos nacionais.

2) O Comitê Gestor de TI ficou desfalcado com o desligamento de dois de seus participantes e a APMC está providenciando a estruturação de um novo Comitê.

3) Os principais sistemas e suas funcionalidades da APMC são:

Sistema de Contabilidade;
Sistema de Patrimônio;
Sistema de Folha de Pagamento;
Sistema de Pesagem
Faturamento;
Almoxarifado;
Sistema Financeiro.
Site do Porto de Maceió

Os sistemas do Porto de Maceió foram desenvolvidos por empresa terceirizada. Atualmente a APMC procura adquirir soluções integradas através de pregão eletrônico.

Os sistemas são compostos por módulos em separado, porém ocorre comunicação entre eles por meio de rotinas de integração, facilitando assim os resultados desejados de cada departamento e integrando também dados com os sistemas da CODERN em Natal/RN.

Os módulos possuem as funcionalidades de Gestão de Pessoas, Controle Patrimonial, Gerenciamento de Almoxarifado, Gestão Contábil, Gestão Financeira e Faturamento.



Os responsáveis técnicos são: Equipe da empresa desenvolvedora e Assessoria de Informática do Porto de Maceió.

Atualmente não há responsável técnico individual por cada projeto, ficando a cargo da terceirizada com suas áreas de Desenvolvimento e Operação de redes atender todas as demandas de forma homogênea.

Analisando a criticidade do sistema, os módulos são ferramentas fundamentais ao funcionamento das atividades sistemáticas do Porto de Maceió.

4) Quanto ao Plano de Capacitação do Pessoal de TI, a APMC aguarda a liberação de recursos do Ministério dos Transportes para adquirir o Sistema de Gestão Portuária e a partir desse novo sistema elaborar o Plano de Capacitação do Pessoal de TI.

5) A força de trabalho da APMC é composta de três (03) pessoas em seu quadro de TI, sendo um Cargo Comissionado, um desenvolvedor de informática (terceirizado) e um suporte (terceirizado).

6) Sobre os Processos de Gerenciamento de Serviços TI não houve ainda implementação, uma vez que a APMC aguarda a liberação de recursos do Ministério dos Transportes para adquirir o Sistema de Gestão Portuária que dará suporte a esse sistema.

7) No tocante a projetos de TI, foi desenvolvido novo website, tornando-o mais atraente e de fácil acesso e utilizando tecnologia de responsividade para facilitar o acesso de dispositivos móveis. A APMC aguarda a liberação de recursos do Ministério dos Transportes para adquirir rede de fibra ótica, rede wi-fi e o sistema de monitoramento/alarme IP.

8) Sobre medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade, a APMC aguarda a liberação de recursos do Ministério dos Transportes para adquirir o Sistema de Gestão Portuária e trabalhar esse ponto.

9) Os principais sistemas que mais contribuem para a realização da missão e objetivos institucionais são:

Sistema de Contabilidade;
Sistema de Patrimônio;
Sistema de Folha de Pagamento;
Sistema de Pesagem;
Faturamento;
Almoxarifado;
Sistema Financeiro
Site do Porto de Maceió.

Dentre os principais sistemas que mais contribuem para a realização da missão e objetivos principais, destacamos o Sistema de Faturamento, Sistema Financeiro, Sistemas de Folha de Pagamento e contabilidade.

Informações sobre os sistemas:

CODERN - Relatório de Gestão 2017



Sistema de Contabilidade (Sistema próprio, os fontes encontra-se na Sede)

Objetivos: Armazena e controla as informações contábeis do Porto de Maceió.

Funcionalidades: Receitas, Despesas, Balancetes, Razão, Livros contábeis;

Responsável Técnico: Empresa Terceirizada;

Manutenção: Terceirizada através de contrato anual.

Criticidade para a unidade/Avaliação de Riscos: Importante. Todo sistema é instalado em um servidor de aplicação. O backup do banco de dados é diário.

Prazo: Em funcionamento.

Sistema de Folha de Pagamento/RH (Sistema Próprio)

Objetivo: Realizar a folha de pagamento e gerenciamento de RH

Funcionalidades: Cadastro de Funcionários, Contra Cheques, Integração com demais sistemas.

Responsável Técnico: Empresa Terceirizada;

Criticidade para a unidade/Avaliação de Riscos: Importante. Foi desenvolvido no próprio Porto de Maceió com orientações do Setor de RH através de empresa terceirizada, para que não ocorram paradas não previstas e dar continuidade na progressão dos sistemas, o Porto de Maceió possui contrato com empresa terceirizada.

Prazo: Em funcionamento.

Site do Porto de Maceió / Serviços online (terceirizado)

Objetivo: Servir como portal de informações aos funcionários, imprensa, usuários, agentes e sociedade em geral.

Funcionalidades: Página Principal – Notícias – Acesso a Informação – Serviços e Facilidades – Estatística – Programação – Tábua de Maré – Emissão de Contra Cheques – Área de acesso restrito a funcionários.

Responsável Técnico: Analista de Sistemas Daniel Tenório dos Santos. Desenvolvido pela Azimute Consultoria.

Criticidade para a unidade/Avaliação de Riscos: Altamente necessária. Estão disponíveis informações de programação de navios, normas, informações de folha de pagamento e estatística. É mantido através de contrato anual, para que garanta a manutenção e ajustes.

Sistema Financeiro (Sistema Próprio)

Objetivo: Controlar o sistema financeiro do Porto de Maceió, conciliando informações com o extrato bancário, realizando o controle de contas a pagar e receber, recebendo dados do faturamento e integrando informações com a contabilidade.

Funcionalidades: Cadastro de Fornecedores, clientes, títulos, centro de custos tabela de IR, integração com contabilidade e faturamento.

Responsável da Área de Negócio: Everilda Ferreira da Guia – Chefe do Subsetor Financeiro.

Criticidade para a unidade/Avaliação de Riscos: Importante. Foi desenvolvido no próprio Porto de Maceió com orientações do Setor Financeiro através de empresa terceirizada, para que não ocorram paradas não previstas e dar continuidade na progressão dos sistemas. O Porto de Maceió possui contrato com empresa terceirizada.

Sistema de Faturamento (Sistema Próprio)

Objetivo: Emitir o faturamento do Porto de Maceió, integrando faturas geradas diariamente com o Setor Financeiro, integrando movimentação mensal com a contabilidade, receber cadastro de clientes do sistema financeiro.

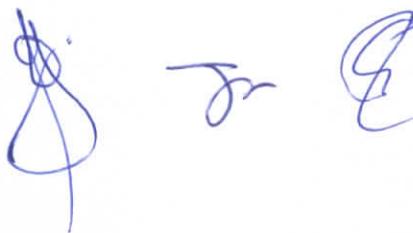


Funcionalidades: Cadastro de Clientes, Cadastro embarcações, cadastro de tarifas e produtos, Movimentação de Atracação e Desatracação de embarcações, memória de cálculo e demais rotinas, consultas e relatórios.

Responsável da Área de Negócio: Alba Lúcia – Chefe do Subsetor de Desempenho Operacional.

Criticidade para a unidade/Avaliação de Riscos: Importante. Foram desenvolvidas rotinas de integração com outras aplicações evitando redigitação de lançamentos no sistema contábil e financeiro. O Porto de Maceió possui contrato com empresa terceirizada, objetivando realização de manutenção e ajustes.

Fonte: Assessoria de Informática da APMC

Three handwritten signatures in blue ink, arranged horizontally. The first signature is a large, stylized loop. The second is a smaller, more compact signature. The third is a signature that appears to start with a capital letter 'E'.

APÊNDICE VII

Gestão Ambiental CODERN/APMC – 2017

a) A política de sustentabilidade da Administração do Porto de Maceió tem como objetivo estabelecer diretrizes que norteiem suas ações quanto à promoção do desenvolvimento sustentável, buscando o controle ambiental da atividade portuária (inventário e licenciamento), a inserção da atividade portuária no âmbito do gerenciamento costeiro (PEG), a implantação de unidades de gerenciamento ambiental nas instalações portuárias dentro e fora dos portos organizados, a regulamentação dos procedimentos da operação portuária adequando-os aos padrões ambientais, a capacitação de recursos humanos para a gestão ambiental portuária, a redução ou otimização do uso de recursos naturais e o impacto sobre o meio ambiente, preservando a integridade do planeta para as futuras gerações, sem desprezar a rentabilidade econômico-financeira do negócio.

b) Apesar da Administração do Porto de Maceió não participar oficialmente da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), existe a preocupação em refletir os interesses da sociedade, gerando um menor impacto ambiental, ao demonstrar a importância, a todos os seus servidores, de economizar energia nas instalações, de reduzir os gastos, de gerar o mínimo de rejeitos, de adquirir produtos que causem menos danos ao meio ambiente. Em virtude da nova gestão ter se iniciado em julho de 2017, o programa de sustentabilidade na administração pública ainda se encontra em andamento.

c) A empresa responsável pela coleta de lixo no Porto não oferta esse serviço. Ainda assim, aguarda-se somente o fim do seu contrato para que se adote a licitação, de modo a eleger a empresa que mais se adeque ao Programa de Sustentabilidade, ao ofertar, desta forma, a coleta seletiva de resíduos recicláveis descartados. Vale salientar que, apesar de não haver efetivamente a coleta na sede da Administração Portuária, os arrendatários do Porto (ex. EMPAT, FERROSTAL, TRANSPETRO, PETROBRAS DISTRIBUIDORA) já possuem o contrato vigente acerca da separação dos resíduos recicláveis.

d) Apesar de não haver contrato formalizado mediante licitação, as diretrizes de sustentabilidade são levadas em consideração dentro do possível.

e) A Administração do Porto possui um projeto de Plano de Logística Sustentável que se encontra em andamento. Ainda não comissão formada acerca dele. Porém, há a prática de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços; sempre que possível, promove ações de divulgação e conscientização da importância do meio ambiente para a coletividade, assim como promove

f) Levando em consideração toda a política de sustentabilidade que a nova Administração do Porto segue, apesar de não formalizada, dentro do possível, a Administração do Porto cumpre, de forma satisfatória, as diretrizes impostas pelas Leis, Decretos e Instruções Normativas acerca do tema.

Fonte: APMC – Ofício nº 048/2018

CODERN - Relatório de Gestão 2017



APÊNDICE VIII – Relacionamento com a Sociedade

O Porto de Maceió disponibiliza o site www.portodemaceio.com.br, onde o usuário poderá entre outros serviços realizar denúncias, reclamações e sugestões através do e-mail sic@portodemaceio.com.br localizado na página de Acesso a Informação; no site também possui link de legislação, notícias, faq, contatos, editais e normas. A página também destaca o horário de funcionamento do Porto de Maceió, endereço, responsável pelo SIC e telefones de contato.

Quanto aos registros de dados gerenciais e estatísticos sobre a quantidade de solicitações, o Porto de Maceió através do Serviço de Acesso ao Cidadão (SIC): durante o exercício foi encaminhado e respondida 1 (uma) solicitação de informação, comparando com exercícios anteriores (2014: 0, 2015: 0 e 2016: 0). Mesmo assim a quantidade de solicitações é considerada inexpressiva.

Fonte: Ofício APMC nº 051/2018



APÊNDICE IX

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2017



Sumário

Balanço Patrimonial

Demonstração de Resultado

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração do Fluxo de Caixa

Demonstração do Valor Adicionado

Demonstração do Resultado Abrangente

Balanço Social

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
 Balanço Patrimonial - Ativo
 Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de reais)

Ativo	Nota	31 de dezembro de 2017	Controladora 31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	Consolidado 31 de dezembro de 2016
Circulante					
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	24.335	19.202	25.064	20.114
Contas a Receber	5	7.610	5.874	10.166	7.901
Outros Créditos		8.585	9.063	6.177	11.440
Adiantamentos		22	29	580	545
Impostos a Recuperar		1.363	1.338	3.229	3.046
Devedores Diversos	6	7.066	7.697	2.234	7.849
Outros valores a receber		134	0	134	-
Estoques	7	7.092	9.577	7.146	9.641
Despesas Antecipadas		38	11	44	14
Total do ativo circulante		47.660	43.728	48.596	49.110

Não Circulante					
Realizável a longo prazo	8	6.390	5.533	7.457	6.574
Depósitos judiciais e Contratuais		1.366	1.607	2.430	2.562
Bloqueios Judiciais		5.016	3.918	5.016	4.001
Outros Valores a Receber		8	8	11	11
Investimentos		2	2	22	22
Imobilizado Líquido	9	302.276	407.407	417.630	529.977
Intangível		9	9	9	9
Total do ativo não circulante		308.677	412.951	425.119	536.581
Total do Ativo		356.336	456.679	473.715	585.692

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
 Balanço Patrimonial - Passivo e Patrimônio Líquido
 Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de reais)

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Circulante					
Contas a Pagar	12	49	79	49	79
Fornecedores		4.213	2.658	6.336	4.234
Obrigações Fiscais e Trabalhistas	10	22.444	15.118	44.659	38.682
Provisões	11	2.836	2.654	3.973	3.633
Outras Obrigações		1.679	1.549	2.835	2.254
Total do passivo circulante		31.220	22.058	57.853	48.881
Não Circulante					
Contas a Pagar	12	12.454	11.532	22.351	17.181
Provisão para contingências	13	36.564	36.283	40.068	38.474
Créditos para aumento de capital	16a	57.682	47.595	756.738	47.595
Outros Créditos da União	14	275	275	64.229	63.122
Total do passivo não circulante		106.974	95.685	883.386	166.371
Total do passivo		138.194	117.743	941.239	215.253
Passivo a descoberto					
Capital Social	15	432.843	432.843	432.843	432.843
Créditos para aumento de capital	16b	0	0	31.351	660.950
Prejuízos acumulados	17	(214.701)	(93.907)	(931.718)	(723.354)
Total do patrimônio líquido		218.142	338.936	(467.524)	370.439
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		356.336	456.679	473.715	585.692

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
 Demonstração do Resultado
 Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de reais)

Descrição	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Receita Líquida dos serviços	18	33.461	37.615	44.777	53.882
Custos operacionais	19	(49.627)	(44.896)	(68.151)	(63.524)
(Prejuízo) Bruto		(16.166)	(7.281)	(23.374)	(9.642)
(Despesas)/Receitas operacionais		(100.446)	(39.559)	(110.335)	(41.580)
Despesas gerais e administrativas	20	(18.345)	(20.528)	(33.892)	(34.727)
Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	9	(83.557)	(19.563)	(83.557)	(19.563)
Despesas tributárias		(51)	(55)	(51)	(62)
Provisões diversas	21	(1.521)	(1.040)	(2.114)	(1.250)
(Provisões)/Reversões para passivos contingentes	22	(809)	(483)	(2.123)	(1.149)
Receitas patrimoniais	23	221	574	12.662	13.630
Outras (despesas)/receitas operacionais	24	3.616	1.537	(1.260)	1.541
Lucro/(Prejuízo) antes das receitas e despesas financeiras		(116.612)	(46.840)	(133.709)	(51.221)
Receitas financeiras	25	2.252	3.006	2.378	3.408
Despesas financeiras	25	(6.279)	(7.818)	(77.020)	(84.854)
Lucro/(Prejuízo) antes dos tributos		(120.638)	(51.652)	(208.351)	(132.667)
IRPJ e CSLL		-	-	-	-
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício		(120.638)	(51.652)	(208.351)	(132.667)
Lucro/(Prejuízo) líquido por ação (em R\$)		(0,0007)	(0,0003)	(0,0011)	(0,0007)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)

Descrição	Capital social (Nota 14)	Créditos para aumento de Capital (Nota 15)	Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Em 31 de dezembro de 2015	432.843	623.482	(588.519)	467.807
Prejuízo líquido do período			(132.667)	(132.667)
Ajustes de Exercícios Anteriores			(2.168)	(2.168)
Atualização dos créditos para aumento de capital		37.468		37.468
Em 31 de dezembro de 2016	432.843	660.950	(723.354)	370.439
Mutações do período	-	37.468	(134.835)	(97.367)
Em 31 de dezembro de 2016	432.843	660.950	(723.354)	370.439
Prejuízo líquido do período			(208.351)	(208.351)
Ajustes de Exercícios Anteriores			(13)	(13)
Realocação dos créditos para aumento de capital - Transferido para o Passivo Não Circulante		(629.599)		(629.599)
Em 31 de dezembro de 2017	432.843	31.351	(931.434)	(467.524)
Mutações do período	-	(629.599)	(208.080)	(837.679)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
 Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto
 Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de reais)

Descrição	Controladora		2017	Consolidado 2016
	2017	2016		
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(120.638)	(51.695)	(208.351)	(132.667)
Ajustes do Lucro Líquido				
Depreciação e amortização	23.231	22.363	25.601	25.234
Perdas pela não Recuperabilidade de Ativos	83.557	19.563	83.557	19.563
Ajustes	(156)	(1.460)	1.162	(847)
Provisões	280	43	786	13
Despesas de atualização monetária	4.778	3.528	74.234	81.996
Redução (Aumento) de Ativos				
Clientes e contas a receber	(1.736)	(53)	(2.265)	(614)
Outros créditos	478	(535)	(678)	(740)
Estoques	2.486	(43)	2.495	(38)
Despesas antecipadas	(27)	11	(30)	25
Outros ativos não circulantes	(857)	817	(957)	242
Aumento (Redução) de Passivos				
Contas a Pagar	(30)	(9)	(30)	146
Fornecedores	1.555	183	2.102	57
Obrigações Fiscais e Trabalhistas	7.326	1.051	2.126	6.278
Provisões de Férias e 13º Salário	181	949	340	914
Outras Obrigações	130	150	5.960	365
Outros passivos não circulantes	921	(60)	5.022	(1.107)
Provisão para contingências	-	-	1.644	553
Caixa gerado pelas operações	1.478	(5.196)	(7.279)	(628)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	1.478	(5.196)	(7.279)	(628)
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
(Aquisições)/Baixas de imobilizado	(1.656)	5.231	3.188	(1.429)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.656)	5.231	3.188	(1.429)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Parcelamentos tributários e outros parcelamentos			3.730	2.924
Créditos para aumento de capital	5.311	-	5.311	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	5.311	-	9.041	2.924
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	5.133	35	4.950	866
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	19.202	19.168	20.114	19.248
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	24.335	19.202	25.064	20.114
Varição de Caixa e Equivalentes de Caixa	5.133	35	4.950	866

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
 Demonstração do Valor Adicionado
 Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
1 Receitas	39.450	44.549	66.761	77.963
1.1 Vendas de mercadoria, produtos e serviços	39.383	44.506	66.314	77.920
1.2 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	67	43	447	43
2 Insumos adquiridos de terceiros	(97.131)	(32.969)	(112.856)	(44.064)
2.1 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(13.378)	(12.950)	(24.163)	(23.972)
2.2 Perda / Recuperação de valores ativos	(83.557)	(19.638)	(88.433)	(19.638)
2.3 Outras	(196)	(382)	(260)	(455)
3 Valor adicionado bruto	(57.681)	11.580	(46.096)	33.899
4 Retenções	(32.375)	(30.907)	(107.618)	(109.965)
4.1 Depreciação e amortização	(22.726)	(21.155)	(25.096)	(23.458)
4.2 Provisões	(9.649)	(9.752)	(82.522)	(86.506)
5 Valor adicionado líquido	(90.056)	(19.327)	(153.714)	(76.066)
6 Valor adicionado recebido em transferência	5.869	4.617	5.994	5.023
6.1 Receitas financeiras	2.252	3.006	2.378	3.408
6.2 Outras	3.617	1.612	3.617	1.616
7 Valor adicionado a distribuir	(84.187)	(14.710)	(147.719)	(71.042)
8 Valor adicionado distribuído	(84.187)	(14.710)	(147.719)	(71.042)
8.1 Pessoal	29.154	28.290	50.006	47.717
8.1.1 Remuneração Direta e encargos sociais	23.900	21.943	41.262	38.252
8.1.2 Benefícios	5.254	6.347	8.744	9.465
8.2 Impostos, taxas e contribuições	5.751	6.372	8.925	10.471
8.2.1 Impostos, taxas e contribuições	5.751	6.372	8.925	10.471
8.3 Remuneração de capitais de terceiros	1.546	2.280	1.701	3.438
8.3.1 Juros	1.472	2.280	1.627	3.438
8.3.2 Aluguéis	74	0	74	0
8.4 Remuneração de capitais próprios	(120.638)	(51.652)	(208.351)	(132.667)
8.4.1 Lucros retidos / Prejuízo do exercício	(120.638)	(51.652)	(208.351)	(132.667)

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
 Demonstração do Resultado Abrangente
 Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de reais)

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Resultado Líquido do Exercício	(120.638)	(51.652)	(208.351)	(132.667)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	(120.638)	(51.652)	(208.351)	(132.667)





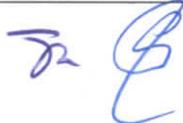


COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
 Balanço Social
 Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de reais)

1.Base de cálculo	2017			2016		
	Valor em reais			Valor em reais		
Receita Líquida(RL)	58.719			68.884		
Resultado Operacional(RO)	(208.351)			(132.667)		
Folha de pagamento bruta(FPB)	29.651			32.274		
2.Indicadores Sociais	Valor em reais	% Sobre FPB	% Sobre RL	Valor em reais	% Sobre FPB	% Sobre RL
Alimentação	1.881	6	3	3.214	10	5
Encargos sociais compulsórios	10.535	36	18	9.569	30	14
Previdência privada	1.619	5	3	1.487	5	2
Saúde	3.221	11	5	2.977	9	4
Medicamentos	313	1	1	382	1	1
Capacidade e desenvolvimento profissional	36	0	0	33	0	0
Auxílio-creche	2	0	0	4	0	0
Aparelhos oticos	12	0	0	32	0	0
Seguro de Vida	55	0	0	124	0	0
Auxilio Educação	592	2	1	552	2	1
Seguridade no Trabalho	688	2	1	651	2	1
Total - Indicadores Sociais Internos	18.954	64	32	19.022	59	28
3.indicadores sociais externos	Valor em reais	% Sobre FPB	% Sobre RL	Valor em reais	% Sobre FPB	% Sobre RL
Educação						
Cultura						
Saúde e saneamento						

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
 Balanço Social
 Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de reais)

Esporte						
Combate à fome e segurança alimentar						
Outros						
Total das contribuições para a sociedade						
Tributos(excluídos encargos sociais)	8.925	30	15	10.471	32	15
Total - Indicadores Sociais externos	8.925	30	15	10.471	32	15
4.Indicadores ambientais						
Investimentos relacionados com a prod/op da emp.	-	-	-	-	-	-
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	-	-	-	-	-
Total dos investimentos em meio ambiente	-	-	-	-	-	-
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo geral na produção/op e aumentar a eficiência na utilização dos recursos naturais, a empresa	(x)Não possui metas ()cumpre de 51 a 75%	()Cumpre de 0 a 50% ()cumpre de 76 a 100%	(x)Não possui metas ()cumpre de 51 a 75%	()Cumpre de 0 a 50% ()cumpre de 76 a 100%		
5.Indicadores do corpo funcional						
Nº de empregados ao final do período		299			304	
Nº de admissões durante o período		3			16	
Nº de empregados terceirizado		53			65	
Nº de estagiários		25			22	
Nº Empregados com idade acima de 45 anos		149			157	
Nº de mulheres que trabalham na empresa		57			59	
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		54			54	
Nº de negros que trabalham na empresa		52			53	
% de cargos de chefia ocupados por negros		5			5	
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais		3			3	
6.Informações Relevantes qto. ao ex. da cidadania empresarial		2017			2017	

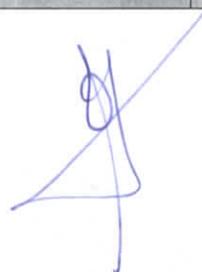






COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
 Balanço Social
 Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de reais)

Relação entre a maior e menor remuneração na empresa	37,12			39,04		
Número total de acidentes de trabalho	5			3		
Os projetos sociais e ambientais da emp. Foram definidos por:	() Direção () direção/gerência (x) todos emp.			() Direção () direção/gerência () todos emp.		
Os padrões de segurança e salubridade foram definidos no ambiente de trabalho por:	() Direção/gerência () todos emp. (x) todos + CIPA			() Direção/gerência () todos emp. () todos + CIPA		
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos trab da emp.	() Não se envolve (x) segue as normas OIT () Incentiva e segue a OIT			() Não se envolverá () seguirá as normas OIT () Incentivará e segue a OIT		
A Previdência Privada contempla:	() Direção () direção/gerência (x) todos emp.			() Direção () direção/gerência () todos emp.		
A participação nos Lucros ou resultados contempla:	() Direção () direção/gerência () todos emp.			() Direção () direção/gerência () todos emp.		
Na Seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotada pela empresa	(x) não são considerados () são sugeridos () são exigidos			() não serão considerados () serão sugeridos () serão exigidos		
Quanto à participação de empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	(x) Não se envolve () apóia () organiza e incentiva			(x) Não se envolverá () apoiará () organizará e incentivará		
Número total de reclamações e críticas de consumidores	Na empresa	no Procon	na Justiça	Na empresa	no Procon	na Justiça
	0	0	0			
% de reclamações e críticas solucionadas	Na empresa	no Procon	na Justiça	Na empresa	no Procon	na Justiça
	%	%	%	%	%	%
Valor adicionado total a distribuir(em reais)	-			-		
	147.804.900			71.042.214		
Distribuição do valor Adicionado(DVA)	6,00 % governo	33,80 % colaboradores		14,74 % governo	67,17 % colaboradores	
	0,00 % acionistas	1,20 % terceiros 141 % retidos		0,00 % acionistas	4,84 % terceiros 186,70% retidos	
7.Outras informações						







COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de reais)

1. Informações Gerais e contexto operacional

A Companhia Docas do Rio Grande do Norte é uma empresa de economia mista subordinada à Secretaria de Portos da Presidência da República e tem como objetivo a administração e exploração do Terminal Salineiro de Areia Branca, Porto de Natal e demais instalações portuárias localizadas no Estado do Rio Grande do Norte.

Por força do Decreto nº 99.475, de 24.08.90, o Porto de Maceió permanece sob a administração da CODERN, conforme Convênio de Descentralização nº. SEP/001/2007-DC, celebrado entre a Secretaria de Portos - SEP e a CODERN, em 31.12.2007, tendo sido celebrado o 8º Termo Aditivo a partir de 01.01.2017, com vigência até 31.12.2017.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na lei 6.404/76 e suas alterações, os pronunciamentos contábeis, interpretações, e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

Para o exercício em 31 de dezembro de 2017 a Companhia apresenta prejuízos acumulados em montante de R\$ 208.351 mil. Tais prejuízos no período corrente ocorreram principalmente em decorrência das despesas financeiras oriundas da aplicação do disposto no art. 2º do decreto 2.673/98 sobre os créditos de acionistas, no montante de R\$ 75.341 mil e despesas de impairment, no valor de R\$ 83.557 mil. No tocante ao Prejuízo acumulado de exercícios anteriores registra um total de R\$ 931.718 mil.

A administração da Companhia buscando a adequação de sua estrutura de capital, para que possa dar continuidade as suas atividades operacionais, irá expandir e aperfeiçoar suas operações e cumprir sua missão de ser autoridade portuária.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis para elaboração e apresentação das demonstrações financeiras são apresentadas a seguir:

3.1 Conversão de moeda estrangeira e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Empresa são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua ("moeda funcional").

As demonstrações financeiras são apresentadas em R\$ (reais) que é a moeda funcional da Empresa e, também, a moeda de apresentação.

3.2 Ativos e passivos circulantes e não circulantes

No Circulante estão registradas as contas com vencimento até 12 meses. Acima desse prazo estão agrupadas no ativo não circulante e passivo não circulante, conforme parágrafos 1º, 2º e 3º, itens I e II, do Artigo 178 e itens I e II do Artigo 179, da Lei 6.404/76, alterados pelo artigo 37 da Lei 11.941 de 27 de maio de 2009.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outras aplicações financeiras de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de reais)

risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido dos saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas como “empréstimos” no Balanço Patrimonial.

3.4 Clientes e outras contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Empresa. Se o prazo de recebimento é equivalente a 12 meses ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

O valor registrado como provisão para créditos de liquidação duvidosa compõe-se de créditos não liquidados e registrados a débito de despesa, conforme disposto nos artigos 340 ao 343 do Regulamento do Imposto de Renda.

3.5 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o custo médio. Os valores registrados nos estoques compreendem a materiais alocados nos almoxarifados da Sede, Terminal Salineiro de Areia Branca e Maceió.

3.6 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos a depreciação acumulada e perdas com ajuste ao valor recuperável - *Impairment*. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamentos relacionados com ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for possível que benefícios econômicos futuros fluam para a empresa e esses custos possam ser mensurados com confiabilidade.

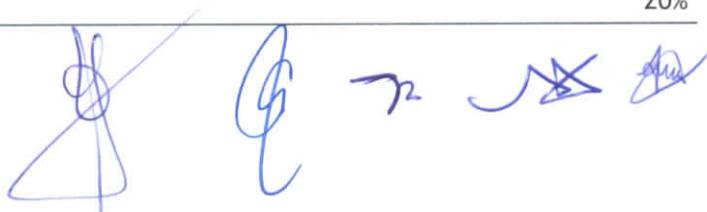
A empresa utiliza as taxas de depreciação fiscal e calculada usando o método linear considerando o custo do imobilizado e seu valor residual.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em “outros ganhos/(perdas), líquidos” na demonstração do resultado.

O saldo das imobilizações em curso compõe-se de bens em construção ou recuperação, cujos valores são transferidos para o imobilizado técnico após a conclusão dos mesmos, comprovado pelo respectivo Termo de Recebimento definitivo da obra.

As taxas de depreciação são apresentadas a seguir:

	% depreciação
Imóveis	4%
Móveis e utensílios	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Computadores e periféricos	20%
Instalações	10%
Veículos	20%



3.7 Fornecedores e contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens e/ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, estão apresentadas como passivo não circulante.

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

Os valores de contas a pagar registrados no passivo não circulante também compreende a valores parcelados junto ao PORTUS e outras contas a pagar.

3.8 Benefícios a empregados

A Companhia participa de um plano de pensão para os empregados, administrado por uma empresa privada denominada PORTUS, que prevê benefícios pós-emprego, classificado como contribuição definitiva. Neste plano a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais, nem contratuais, de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço no período corrente e anterior. As contribuições regulares compreendem os custos líquidos e são registrados no resultado do período em que são devidas.

3.9 Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias incidentes sobre ativos e passivos, quando aplicável.

3.10 Consolidação das Demonstrações Contábeis

Conforme recomenda o CPC 36, foi realizado o encontro de contas quando da apuração dos Demonstrativos Consolidado da Companhia, referente aos Ativos e Passivos da Controladora (Sede/Atesab) e Controlada (Porto de Maceió), respectivamente. Desta forma, foi realizado um encontro de contas de forma que os Ativos e Passivos foram ajustados para menor, conforme Nota 6.

3.11 Variações monetárias passivas

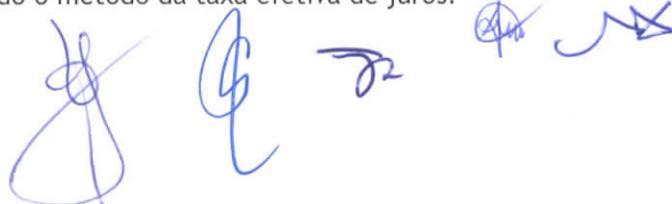
Variações monetárias passivas - representam os encargos financeiros calculados à taxa Selic sobre o saldo dos recursos transferidos pela União a título de Crédito para Aumento de Capital, desde o dia da transferência até a data da capitalização com base no art. 2º do Decreto nº 2673/1998, alterado pelo art. 74, § único do Decreto 8.945/16.

3.12 Reconhecimento de receitas

A empresa vende serviços previstos no seu contexto operacional que compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos, devoluções, abatimentos e dos descontos.

A empresa reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades.

A receita financeira é reconhecida conforme prazo decorrido pelo regime de competência usando o método da taxa efetiva de juros.



COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de reais)

3.13 Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na NBC TG 25 que trata sobre ativos e passivos contingentes.

Basicamente, o Pronunciamento Contábil 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estabelece que:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa, deixando o ativo de ser contingente, requerendo-se assim o seu reconhecimento.

- Passivos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, devendo ser divulgada, para cada classe de passivo contingente, uma breve descrição de sua natureza e, quando aplicável: (i) a estimativa do seu efeito financeiro, (ii) a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de saída de recursos, e (iii) a possibilidade de qualquer desembolso. Os passivos contingentes para os quais a possibilidade de uma saída de recursos para liquidá-los seja remota não são divulgados.

- Provisão: São obrigações presentes, reconhecidas como passivo, desde que possa ser feita uma estimativa confiável e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação.

Considerando a natureza das ações, sua similaridade com processos anteriores, sua complexidade, jurisprudência aplicável e fase processual, os processos são classificados em três categorias de risco: provável, possível e remota, levando-se em conta a possibilidade de ocorrência de perda, tendo como base a opinião de assessores jurídicos.

3.14 Reapresentação espontânea das demonstrações financeiras

O Conselho de Administração - CONSAD da CODERN concordou (conforme Ata da 634ª Reunião, em 19/04/2018) na reabertura das demonstrações contábeis findas em 2017, motivadas pela solicitação da Diretoria Executiva - DIREXE, através da Carta DP nº 128/2018 (direcionadas à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN em 11/04/2018) e da Carta DP nº 140/2018 (direcionadas ao CONSAD, em 18/04/2018), para que pudessem ser acrescentadas o teste de recuperabilidade (*impairment*) e as provisões para contingências nos lançamentos contábeis da empresa controlada (APMC), uma vez que não havia sido reconhecido nas Demonstrações Financeiras anteriormente publicadas.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e equivalentes de caixa				
Recursos em bancos	195	354	616	1.190
Recursos do Tesouro - SIAFI	8.235	2.924	8.235	2.924
Aplicações financeiras	15.905	15.924	16.213	16.000
Total de caixa e equivalentes de caixa	24.335	19.202	25.064	20.114

As aplicações financeiras compreendem a aplicações na modalidade extra mercado com rentabilidade média de 3% durante o quarto trimestre de 2017 e está detalhado da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Aplicações financeiras				
Aplicações financeiras	15.906	15.924	16.213	16.000
Total de aplicações financeiras	15.906	15.924	15.913	16.000

Os rendimentos provenientes da aplicação são reconhecidos como receitas financeiras na demonstração do resultado e são utilizados para pagamentos de fornecedores e impostos.

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de reais)

5. Clientes e contas a receber

Composto por valores faturados e não liquidados por parte dos Clientes, bem como, pelos valores pendentes de liquidação referentes a exercícios anteriores, apresentando saldos em 31 de dezembro, assim especificado:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Clientes e contas a receber				
Contas a receber de clientes	10.760	8.457	14.961	11.540
Menos: provisão para <i>impairment</i> de contas a receber de clientes	-3.150	-2.583	-4.795	-3.639
Contas a receber de clientes líquidos	7.610	5.874	10.166	7.901
Total Contas a Receber	7.610	5.874	10.166	7.901

6. Devedores diversos - outros créditos

Os valores apresentados correspondem a valores a receber de empregados, fornecedores e autarquias. Em destacando-se valor a receber do Porto de Maceió relativo ao rateio das despesas com folha de pagamento do COFIS (Conselho Fiscal), CONSAD (Conselho de Administração) e gerencias. A CODERN também apresenta valores a receber do Porto de Recife relativo ao parcelamento de INSS.

Os saldos em 31 de dezembro de 2017 estão apresentados a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Portos Conveniados	3.195	2198	2.434	2.198
Parcelamentos a receber COFINS, PASEP e IRRF	-	1.322	-	1.322
Valores a Receber de Rateio CONFIS/CONSAD e Gerenciais	4.412	3.743	0	3.743
Valores a receber de bloqueios judiciais	351	368	351	367
Outros devedores diversos	76	66	417	219
(-) Prov. Devedores - Porto de Recife	-968	-	-968	-
Total Devedores Diversos	7.006	7.697	2.234	7.849

7. Estoques

Os valores reconhecidos nos estoques estão descritos a seguir:

Descrição	Saldos em R\$ mil	
	31/12/2017	31/12/2016
Material de consumo permanente Sede	240	1.619
Material Terminal Salineiro Areia Branca	6.852	7.958
Material de consumo permanente Maceió	54	64
Total	7.146	9.641

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de reais)

8. Ativo Realizável a Longo Prazo

Compõe-se de valores referentes a Depósitos judiciais e contratuais, Bloqueios judiciais e Cauções, assim especificados:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Depósitos Judiciais e Contratuais	1.366	1.607	2.430	2.562
Bloqueios Judiciais	5.016	3.918	5.016	4001
Cauções	8	8	11	11
Total	6.390	5.533	7.457	6.574

9. Imobilizado líquido

Os valores reconhecidos no ativo imobilizado em 30 de setembro de 2017 estão apresentados conforme quadro a seguir:

Discriminação	Custo	(-) Depreciação acumulada	(-) Ajuste ao valor recuperável	Consolidado Saldo líquido em	
				31/12/2017	31/12/2016
Bens Móveis	116.189	(66.087)	-	50.103	54.089
Equipamentos Industriais	100.903	(55.022)		45.882	49.110
Embarcações	3.919	(3.123)		796	886
Veículos	585	(583)		3	40
Móveis e Utensílios	2.492	(1.094)		1.397	1.491
Informática	1.131	(772)		359	539
Máquinas	1.553	(767)		786	917
Motores	19	(12)		7	8
Aparelhos	3.852	(3.388)		463	551
Sistema de Segurança	1.008	(777)		231	281
Galpão	334	(274)		60	127
Outros bens	392	(275)		118	139
Bens Imóveis	610.321	(153.014)	(101.553)	355.754	428.642
Imóveis de natureza industrial	458.197	(113.847)	(8.499)	335.851	328.198
Instalações	78.090	(27.492)	(44.132)	6.466	36.776
Obras de acesso	5.178	(1.733)	(1.766)	1.680	1.787
Prédios	63.481	(9.284)	(47.157)	7.041	56.638
Terrenos	102	0		102	102
Molhe	5.272	(659)		4.613	5.140
Imobilização em Curso	13.341	-	(1.568)	11.773	47.246
Total	739.852	(219.101)	(103.121)	417.630	529.997

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de reais)

Discriminação	Custo	(-) Depreciação acumulada	(-) Ajuste ao valor recuperável	Controladora Saldo líquido em	
				31/12/2017	31/12/2016
Bens Móveis	114.186	(64.216)	-	49.969	53.948
Equipamentos Industriais	100.248	(54.428)		45.820	49.053
Embarcações	3.919	(3.123)		796	886
Veículos	251	(248)		3	29
Móveis e Utensílios	2.257	(873)		1.384	1.475
Informática	1.131	(772)		359	538
Máquinas	1.514	(728)		786	916
Motores	19	(12)		7	8
Aparelhos	3.166	(2.757)		409	502
Sistema de Segurança	1.008	(777)		231	281
Galpão	334	(274)		60	127
Outros bens	337	(223)		114	133
Bens Imóveis	489.594	(147.508)	(101.553)	240.533	341.209
Imóveis de natureza industrial	343.873	(109.957)	(8.499)	225.417	246.098
Instalações	78.088	(27.490)	(44.132)	6.466	36.776
Obras de acesso	4.535	(1.090)	(1.766)	1.680	1.785
Prédios	62.995	(8.971)	(47.157)	6.867	56.447
Terrenos	102	0		102	102
Molhe	0	0		0	0
Imobilização em Curso	13.341	-	(1.568)	11.773	12.251
Total	617.121	(211.724)	(103.121)	302.276	407.407

9.1 Teste de Recuperabilidade e alterações no Imobilizado

A companhia realizou o teste de Impairment para os ativos imobilizados dos portos de Natal, Areia Branca e Maceió, que resultou no reconhecimento, para o porto de Natal, de redução ao valor recuperável de ativos no montante de R\$ 85.557 mil, quanto aos portos de Areia Branca e Maceió, o teste apontou a recuperabilidade dos ativos testados.

Registra-se ainda, no ativo imobilizado do Porto de Maceió, a baixa por obsolescência de bens de Imobilização em Curso, no valor de R\$ 4.876, bem como alterações na vida útil, taxa de depreciação e valor residual do ativo imobilizado, que resultaram num estorno da despesa com depreciação em R\$ 6.315 mil, conforme recomendação de laudo técnico especializado.

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de reais)

10. Obrigações fiscais e trabalhistas

Estão compostas de impostos a recolher e parcelamento de dívidas, assim discriminadas:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Imp. Encargos a Recolher	17.949	10.608	35.582	29.943
Salário a Pagar	819	885	819	886
Autônomos - INSS	161	106	161	106
Parcelamento PORTUS RTSA	2.982	2.982	7.565	6.965
Parcelamento ISS	450	536	450	782
Outras obrigações	83	0	83	0
Total obrigações fiscais e trabalhistas	22.444	15.118	44.659	38.682

11. Férias a pagar

Provisão destinada ao pagamento de férias e encargos sociais em 31/12/2017, correspondentes ao valor de R\$ 3.973 mil (R\$ 3.633 mil em dezembro de 2016), tendo sido apropriadas em contas de provisão de despesas e custos operacionais de acordo com inciso I do Artigo 13, da Lei 9.249/95, alterado pelo o Artigo 14 da Lei 9.430/96, a seguir discriminadas:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Prov. Férias	2.836	2.654	3.973	3.633
Prov. 13º Salário	0	0	0	0
Total Férias a Pagar	2.836	2.654	3.973	3.633

12. Contas a pagar

Os valores de contas a pagar reconhecidos no passivo circulante compreendem a valores a pagar a funcionários da Companhia e junto a terceiros, conforme descrito a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Empregados	16	18	16	18
Terceiros	33	61	33	61
Contas a pagar passivo circulante	49	79	49	79

Os valores de contas a pagar reconhecidos no passivo não circulante compreendem principalmente valores de parcelamentos tributários e parcelamentos junto ao PORTUS, conforme apresentado a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Portus - Instituto de Seguridade Social	10.401	9.125	10.901	10.224
Parcelamento INSS	0	15	70	267
Parcelamento ISS	1.620	1.980	2.090	2.163
Parcelamento IRPJ	259	413	259	413
Parcelamento PIS/COFINS	174	0	414	443
Rateio - Maceió	0	0	0	3.669

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de reais)

Parcelamento PERT - Maceió	0	0	8.617	0
Contas a pagar passivo não circulante	12.454	11.532	22.351	17.181

A Companhia Docas do Rio Grande do Norte é uma das patrocinadoras do PORTUS Instituto de Seguridade Social, tendo sido apropriado no 4º trimestre de 2017, o montante de R\$ 3.702 mil referente às contribuições Participante/Patronal, sendo repassado ao PORTUS o total de R\$ 1.607 mil.

No tocante à dívida da CODERN, permanece registrado no Balanço, em 31/12/17, o saldo remanescente de R\$ 2.453 mil não atualizados monetariamente, tendo em vista a não existência de Parecer Atuarial ainda em fase de obtenção por parte da CODERN.

13. Passivos contingentes e provisão para contingências

As provisões para passivos contingentes estão classificadas em ações trabalhistas, cíveis e tributárias e são apresentadas resumidamente a seguir:

	Consolidado			Total
	Contingências cíveis	Contingências trabalhistas	Contingências tributárias	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	24.461	703	13.310	38.474
Provisões constituídas no período	96	2.115	1.504	3.715
Baixas de provisões	-	(529)	-	(529)
Reversões	-	(447)	(1.145)	(1.592)
Reclassificações ¹	-	666	(666)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	24.557	2.508	13.002	40.068

Observação 1: Refere-se a realocação de R\$ 666.298,10 para contingências trabalhistas, uma vez que estava alocado erroneamente, na consolidação, como contingências tributárias.

	Controladora			Total
	Contingências cíveis	Contingências trabalhistas	Contingências tributárias	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	24.461	323	11.499	36.283
Provisões constituídas no período	-	455	-	455
(-) Baixas de provisões	-	(107)	-	(107)
(-) Reversões	-	(67)	-	(67)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	24.461	604	11.499	36.564

13.1 Provisões para causas trabalhistas

Compõe-se de valores das reclamações trabalhistas em tramitação na Justiça do Trabalho, devidamente atualizados e registrados na contabilidade por processo, cujo saldo em 31.12.17, totalizou R\$ 2.508 mil, consideradas como de provável perda, conforme previsto na NBC TG 25 aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009.

13.2 Provisões para causas cíveis

Corresponde a valores de processos de execuções cíveis tramitando na Justiça Estadual,


 21

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de reais)

cujo saldo em 31.12.2017, totalizou R\$ 24.557 mil, consideradas como de provável perda, conforme previsto na NBC TG 25 aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009.

13.3 Provisões para causas tributárias

Corresponde a valores de processos de execuções fiscais junto às Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, registrando em 31.12.2017 o montante de R\$ 13.002 mil, em obediência a NBC TG 25 aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009.

13.4 Passivos contingentes classificados como possível

A CODERN é parte ré em diversos processos de execução fiscal, cível e trabalhista junto a Justiça do Trabalho, Justiça Federal e Estadual, Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, não havendo provisão dessas demandas por terem sido classificados pela assessoria jurídica, dentro dos conceitos da NBC TG 25 aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009, como de perda possível, cujo montante em 31.12.2017 somou R\$ 223.126 mil, assim especificadas:

Discriminação	Controladora	Controlada	Consolidado
Causas Trabalhistas	5.063	1.459	6.522
Causas Fiscais	14.347	0	14.347
Causas Cíveis	202.146	111	202.257
Total	221.556	1.570	223.126

Destaca-se no total das Causas Cíveis o valor de R\$ 167.000 mil, referente ao Processo judicial do Portus ajuizado contra todas as Companhias Docas, uma vez que respondem solidariamente pelos débitos cobrados.

14. Outros créditos da União

Compreende os recursos dos Convênios 268/2006- DNIT, Convênio 01/2008 e Convênio 009/2008 da Secretaria de Portos, destinados a obra de construção do Cais para contêineres do Porto de Maceió e Dragagem do Porto de Natal, cujo saldo em 31.12.2017, totalizou R\$ 64.229 mil.

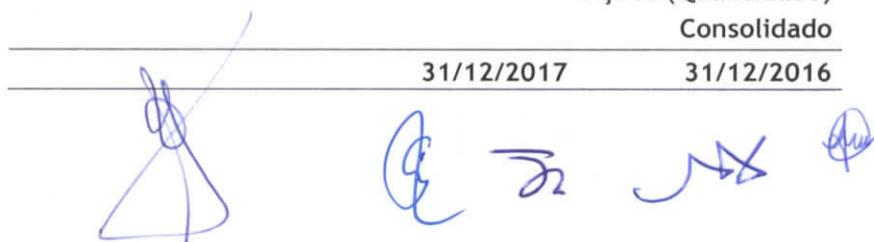
15. Capital social

O Capital Social Autorizado, Subscrito e Integralizado em 31 de dezembro de 2017 soma R\$ 432.843 mil.

	Saldos em R\$ mil Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	432.843	432.843
Aumento de capital com reservas	-	-
Compensação de prejuízos com redução de capital	-	-
Saldo Final	432.843	432.843

O quadro de ações preferenciais e ordinárias é composto da seguinte forma:

	Ações (Quantidade) Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016



COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de reais)

Ordinárias nominativas	98.365.624.890	98.365.624.890
Preferenciais nominativas	82.832.561.687	82.832.561.687
Total de ações	181.198.186.577	181.198.186.577

16. Créditos para aumento de capital

a. Valores registrados no Passivo Não Circulante

Representam os repasses efetuados pelo Tesouro Nacional, a serem incorporados ao Capital Social da CODERN, corrigidos mensalmente à taxa Selic de acordo com o disposto no art. 2º do Decreto 2.673/1998, cujos valores do Porto de Maceió (R\$ 756.738) registrados no Passivo não Circulante ocasionou um Passivo a Descoberto no Exercício, assim como contribuiu para o acréscimo do Prejuízo Acumulado da Companhia, abaixo demonstrado:

	Saldo em R\$ mil	
	Consolidado	
Créditos para aumento de capital	31/12/2017	31/12/2016
Porto de Natal e Areia Branca	57.682	47.594
Porto de Maceió	699.056	-
Total	756.738	47.594

Vale ressaltar que a partir de 01 de janeiro de 2017, a citada correção dos repasses foi extinta, conforme o disposto no Parágrafo Único do Artigo 74, do Decreto 9.845 de 27/12/2016, devendo ser corrigido apenas o saldo da referida conta.

b. Valores registrados no Passivo a descoberto

Permanece registrado no Passivo a descoberto valores de Créditos para Aumento de Capital do Porto de Maceió, no total de R\$ 31.351 mil, oriundos da União e repassados ao Porto de Maceió antes da celebração do Convênio de Descentralização, citado na Nota 1.

17. Prejuízo líquido

A Companhia apresentou Prejuízo Líquido, no exercício de 2017, de 120.638 mil na Controladora. Já para a Controlada, o prejuízo do período é de 87.713 mil, totalizando um Prejuízo Acumulado Consolidado no Exercício de R\$ 208.351 mil.

No entanto, ao ajustar o Resultado pelas principais despesas não desembolsáveis, tais como, depreciação, *impairment* e variação monetária passiva, há uma redução significativa do total do prejuízo do exercício, alcançando, dessa forma, um resultado ajustado em 2017 de R\$ 9.072 mil para Codern-Sede e R\$ 14.778 para APMC. Conforme o quadro a seguir:

	Saldos em R\$ mil					
	CONTROLADORA		CONTROLADA		CONSOLIDADO	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Resultado líquido	(120.638)	(51.695)	(87.713)	(80.972)	(208.351)	(132.667)
Ajustes ao resultado líquido	111.595	45.454	72.956	81.340	184.551	126.794
Depreciação	23.231	22.363	2.370	2.872	25.601	25.235
Impairment	83.557	19.563	-	-	83.557	19.563
Variação monetária passiva	4.807	3.528	70.586	78.468	75.393	81.996
Resultado líquido ajustado	(9.043)	(6.241)	(14.757)	368	(23.800)	(5.873)

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de reais)

18. Receita líquida

O saldo da Receita Operacional Líquida compõe-se dos valores da Receita Operacional Bruta deduzido dos Impostos sobre vendas de serviços, assim discriminado:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receita Bruta de serviços prestados				
Total Receita Bruta	39.020	43.696	52.231	62.683
(-) Impostos sobre serviços prestados	(5.559)	(6.081)	(7.454)	(8.801)
Receita líquida dos serviços prestados	33.461	37.615	44.777	53.882

19. Custos operacionais

Os custos das atividades operacionais estão discriminados a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Pessoal e Encargos	16.477	14.232	26.765	23.957
Material de Operação	4.071	4.493	4.376	4.780
Material de Manutenção	17	6	36	35
Capatazias (pessoal supletivo)	-	0	-	-
Serviços de Manutenção e Reparos	204	216	676	769
Serviços Prestados por Terceiros	6.218	4.894	11.304	10.646
Encargos Operacionais Diversos	33	23	33	23
Depreciação Direta	22.607	21.032	24.959	23.314
Outros custos operacionais	0	0	-	-
Total	49.627	44.896	68.151	63.524

20. Despesas gerais e administrativas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Pessoal e Encargos	15.009	16.447	23.356	24.241
Material	287	252	537	507
Serviços de Terceiros	2.734	3.325	9.602	9.408
Outros Encargos	32	71	58	115
Depreciação	119	122	137	144
Outras despesas administrativas	163	311	202	311
Total	18.345	20.528	33.892	34.727

21. Provisões Diversas

Refere-se às Provisões de Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD de valores a receber de clientes.

22. Provisões/Reversões para passivos contingentes

Refere-se à processos trabalhistas de provável perda, registrados na contabilidade, bem assim de Reversão de Provisões relativas a processos trabalhistas com êxito para a Companhia.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Provisão para contingências	877	526	4.355	1.192
Reversão de provisões	-67	-43	(2.231)	-43
Saldo líquido de provisões constituídas	809	483	2.123	1.149

23. Receitas patrimoniais

As receitas patrimoniais são decorrentes de contratos de arrendamentos das áreas dos Portos de Natal/RN e Maceió/AL.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Aluguéis Porto de Natal	363	810	362	810
Aluguéis Porto de Maceió	0	0	13.721	14.428
Total receitas patrimoniais	363	810	14.083	15.238
(-) Deduções da receita	-141	-236	-1.423	-1.608
Total receitas patrimoniais líquidas	221	574	12.660	13.630

24. Outras (despesas)/receitas operacionais

Outras receitas Operacionais referem-se aos valores recebidos de clientes pelo reembolso de Despesas com uso de Energia Elétrica e Água, quando da utilização para a Operação Portuária de movimentação de Containers e Embarcações.

25. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são oriundas de descontos obtidos e juros sobre duplicatas e outras receitas. Já as despesas financeiras são, em grande parte, oriundas da provisão dos juros da dívida junto ao PORTUS Instituto de Seguridade Social, variação monetária sobre causas trabalhistas e juros decorrentes dos encargos financeiros sobre Crédito para Aumento de Capital, Decreto 2.673/98, de conformidade com o artigo 9º da Lei 9.718/98 e artigo 375, parágrafo único, do Decreto 3.000/99 - RIR.

26. Remuneração de administradores e funcionários

Na forma do art. 6º do inciso IV, do anexo I, do Decreto nº 3.224, de 28 de outubro de 1999, os valores da maior e menor remuneração pagas aos administradores e empregados no exercício de 2017, foram os seguintes:

	31/12/2017	31/12/2016
Administradores		
Menor	17.844	17.884
Maior	18.959	26.741

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de reais)

Empregados		
Menor	946	880
Maior	28.556	28.283
Salário Médio	4.836	4.616



EMERSON FERNANDES DANIEL JUNIOR
Diretor Presidente
C.P.F. N° 074.212.814-87



JOSÉ ADÉCIO COSTA FILHO
Diretor Administrativo Financeiro
C.P.F. N° 022.391.744-39



EMILIANO ROSADO LAMARTINE DE FARIA
Diretor Técnico Comercial
C.P.F. N° 044.732.894-86



FRANCISCO JOSEFRAN DE AQUINO JUNIOR
Gerente de Recursos Financeiros
CPF N° 011.815.944-56



ANA MARIA DE SENA
Contadora - CRC
3815/RN
CPF N° 201.065.804-34